

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.751 - PB (2019/0297385-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ALBERTO ARAUJO FELIX (PRESO)
ADVOGADO : RAMON DANTAS CAVALCANTE - PB013416
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Alberto Araujo Felix**, contra acórdão do Tribunal de Justiça da Paraíba, assim ementado (fl. 158):

HABEAS CORPUS. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO WRIT PELA INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ALEGADA NULIDADE NA SENTENÇA. APELAÇÃO CRIMINAL EM CURSO. NÃO CONHECIMENTO MANTIDO. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Em não havendo abuso ou ilegalidade a serem sanados pela via mandamental eleita, não sendo nem mesmo o caso de concessão da ordem, já que, no presente caso, foi interposto recurso próprio, é de se manter a decisão que não conheceu do presente *writ*.

Alega o recorrente, em síntese, constrangimento ilegal decorrente de sua condenação pelo crime de tráfico de drogas, sem que o Ministério Público tenha atribuído esta conduta na inicial acusatória.

Postula, então, o conhecimento e provimento liminar do recurso, a fim de que seja anulada a sentença condenatória, absolvendo-o do crime de tráfico de drogas.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano, principalmente em se tratando de recurso ordinário.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável acolher-se a pretensão, porquanto, da atenta análise dos autos, observa-se que a impetração originária foi indeferida porque o recorrente manejou a ação concomitante à apelação defensiva, providência inadmitida pela jurisprudência deste Superior Tribunal.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, é no recurso de apelação que a questão apresentada será analisada em cognição mais ampla.

Por fim, consigne-se que a motivação que ampara o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito do apelo, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo, por ora, como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Instruídos os autos, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator